



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PÔSTER

NARRATIVAS EM ESTÁTUAS E BUSTOS DE CAMPINA GRANDE: A MONUMENTALIZAÇÃO DOS SUJEITOS COMO INVENÇÃO DA VOCAÇÃO POLÍTICA

Amanda Luiza Freire de Almeida

Graduada em Engenharia Civil pela UFCG

amandafreire.eng@outlook.com

Mauro Normando Macedo Barros Filho

Doutor em Desenvolvimento Urbano pela UFPE

mbarrosfilho@gmail.com

RESUMO

Em Campina Grande, alguns monumentos homenageiam pessoas. Ao refletir-se sobre isso, parte-se da hipótese de que a narrativa oficial personificante em memoriais públicos da cidade se caracteriza como uma estratégia de invenção de uma vocação política que, curiosamente, se manifesta na elite da cidade e no universo masculino e familiar, já que os homenageados são ex-prefeitos, vereadores, empresários, juristas e militares. O objetivo foi analisar a patrimonialização de sujeitos em estátuas e bustos e identificar o perfil dos homenageados a partir dos Projetos de Leis que oficializam a homenagem. Encontram-se nesses documentos traços do mundo sensível, relações de poder, motivações, emoções e registros de subjetividades que forjaram um lugar de produção de homens protagonistas da política local e supostos mercedores de serem sacralizados em espaços da memória pública. Parte-se de um diálogo teórico com Durval Muniz (2019) sobre patrimônio, memória, monumento e subjetivação; a democratização da memória em Le Goff (2012); a formação das almas em Murilo de Carvalho (2002) e a fabricação da memória em Michael Pollak (1992). Foram encontrados 27(vinte e sete) Projetos de Leis arquivados na Câmara Municipal de Campina Grande referentes a ereção de estátuas e bustos, todos datados entre o início do século XX e início do século XXI. Como resultado, a pesquisa revelou a existência de uma política de monumentalização que prioriza uma memória familiar, elitista e masculina em detrimento de uma memória coletiva, plural e popular.

Palavras-chave: patrimônio, memória, monumentalização, vocação política, subjetividade.





1 INTRODUÇÃO

Não pode haver direito coletivo à memória se a história não compuser a construção desse direito. Com isso, quer-se dizer que a própria maneira de representação do patrimônio histórico e cultural nos espaços públicos e, por consequência, os próprios elementos considerados como patrimônio são históricos, portanto disputáveis e fabricados social e historicamente.

A memória construída pela narrativa oficial não deve ser excludente, por isso é preciso resgatar sistemas de representações informais que subvertem a ordem instituída pelos discursos dominantes e dão outros sentidos às coisas, e propor uma educação patrimonial problematizadora. “Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória: antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer luta pela democratização da memória social” (LE GOFF, 2012, p. 457).

Sendo assim, visa-se incomodar, fazer tremer as evidências que apontam para a existência de uma prática política e histórica de se monumentalizar sujeitos como estratégia político-partidária de manutenção do poder local a partir de elementos de uma memória pública fabricada nos gabinetes parlamentares, uma memória que se pretende coletiva, mas é evidentemente familiar, elitista e masculina, pois pertence a um grupo dominante que prioriza a homenagem a ex-políticos, juristas e empresários, em detrimento de uma memória coletiva e plural. Ora, como é possível democratizar essa prática de monumentalização para torná-la representativa da coletividade e da pluralidade como o centro das decisões políticas?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar algumas reflexões em torno da relação entre narrativas históricas em memoriais e a produção de subjetividades em praças, parques, estátuas e bustos, convém destacar as discussões que teorizam memória, patrimônio e monumento.

Etimologicamente a palavra patrimônio vem do latim *patrimonium* (*patri*, pai + *monium*, recebido), um termo historicamente associado à herança paterna, portanto, é





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

preciso lembrar que por muito tempo o memorável esteve ligado ao universo masculino. Desde os romanos, o patrimônio representa algo que vem do passado e por esse motivo é uma palavra que remete ao mesmo universo semântico da palavra memória.

Nessa discussão surge, pois, a necessidade de se discutir o universo semântico, simbólico e imaginário em torno de outro elemento: o monumento. Do latim *monumentum*, designa toda operação mental, se referindo a uma atenção da ordem do visível que evoca alguém ou algo do passado. O monumento é um suporte material da memória e simboliza o que seria um legado cultural e histórico.

Para Durval Muniz (2019), o processo de patrimonialização nasce da emergência de uma ordem social que rejeita e contesta as heranças e investe no futuro, valoriza a novidade e “quer ter nas mãos a construção de novos e outros tempos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p.154). Para contestar a legitimação dos legados históricos, cabe colocar em discussão a memória enquanto uma transmissão pura de um passado para um presente. Ora, o ofício da memória está longe de significar simplesmente a transmissão de um fato. “Ela é, no entanto, da ordem da criação, da invenção, da gestação de novas e diferentes versões para o que é lembrado, recordado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 159). Embora a memória ou o monumento possa retratar algo ou alguém que morreu, o faz para dar nova vida e para habitar o presente.

É nesse sentido que se coloca aqui a possibilidade de se construir subjetividades a partir da patrimonialização. Essas subjetividades podem ser balizadas pela interiorização de práticas e discursos dominantes da história política oficial de Campina Grande na direção de uma invenção da vocação política. Essa vocação curiosamente se manifesta em homens da elite da cidade, não sendo possível emergir da classe popular, a menos que o sujeito interiorize todos os valores e habite os signos e códigos que representam determinados grupos de prestígio social.

Para Le Goff (2012), a história – forma científica da memória coletiva – é resultado de uma construção, sendo que os materiais que a imortalizam são o documento e o monumento. O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

humanidade, ou melhor, efetuada pelos que se dedicam à ciência do passado: os próprios historiadores.

É preciso entender que a sacralização da memória é uma ação política, e que há uma construção social de uma identidade que se torna legítima ao passo em que o sujeito aceita o discurso e se localiza no contexto histórico. Trata-se da construção de uma identidade que não permite que outros sujeitos se localizem como protagonistas do fazer político já que os sujeitos homenageados nos espaços públicos de memória, como no caso de Campina Grande – PB, são prefeitos, vereadores, governadores, senadores, empresários, ou seja, homens que faziam parte de uma elite privilegiada socialmente.

O sociólogo austríaco Michael Pollak (1992) ajuda a pensar a associação entre memória e identidade social no âmbito da história oral ao afirmar que “a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Sendo assim, a tese defendida é a de que a memória é um fenômeno fabricado. A partir disso, o indivíduo constrói uma imagem de si e para si, principalmente com o objetivo de ser reconhecido por outros grupos como parte da sociedade.

Em “A formação das Almas”, publicada em 1990, Carvalho (1990) escreveu sobre a Proclamação da República Brasileira e a discussão em torno da importância do papel do Estado ser legitimado na construção do país e reconhecido pela população brasileira, o que gerou uma corrida pela composição de um imaginário social republicano a partir dos símbolos. O extravasamento das visões republicanas para o meio popular interessava às elites como forma de legitimação do poder e isso teria sido feito mediante sinais universais, de leitura fácil, como as imagens e os mitos. Os monumentos possuem certa função pedagógica de construção do imaginário político.

3 METODOLOGIA





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A monumentalização é uma prática da administração pública e é competência da Câmara Municipal de Campina Grande determinar os sujeitos que são homenageados e perpetuados no bronze, em estátuas e bustos, através de Projetos de Leis.

Essa pesquisa contempla a análise documental que, segundo Marconi e Lakatos (2017), caracteriza-se por tomar como fonte de coleta de dados documentos escritos que podem ser arquivos públicos, arquivos particulares ou fontes estatísticas. Há também elementos de pesquisa de campo que, segundo Lopes (2016), visa um apanhado geral da situação estrutural pesquisada. Desse modo, foi feita a captura de alguns monumentos histórico-políticos da cidade, praças e parques, através de registros fotográficos.

Figura 6 e 2 – À esquerda, arquivo dos Projetos de Leis da Câmara Municipal de Campina Grande. À direita, imagem de alguns monumentos de Campina Grande



Fonte: a autora (2018)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Quadro 1 a seguir exhibe a evidência de uma cultura política fundamentalmente patrimonialista. São 27 (vinte e sete) Projetos de Leis que dispõem sobre a ereção de bustos e estátuas. As homenagens aqui supracitadas são referências a políticos, comerciantes e juristas que compunham a elite familiar privilegiada de Campina Grande.





ISSN 21764514

III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Quadro 1 – Monumentos: Estátuas e Bustos

Estátuas e Bustos	Lugar da ereção designado por lei	Projeto de Lei/Ano	Autor da Lei
Vereador Félix Araújo	Praça Félix Araújo	Nº 932/1956	Vereador Raymundo Asfora
Getúlio Vargas	Praça do Trabalho	Nº 53/1961	Eurípedes Gomes da Cruz
Governador Leonel Brizola	Largo da Legalidade	Nº 129/1961	Vereador Ronaldo da Cunha Lima
Major Lino Gomes da Silva	Praça do Trabalho	Nº 150/1963	Vereador João Nogueira de Arruda
Hortêncio de Souza Ribeiro	Praça Rotary - às margens do Açude Velho	Nº 53/1964	Vereador Augusto Ferreira Ramos
Dr. Aluísio Afonso Campos Dr. Chateaubriand	Praça da Bandeira	Nº 54/1964	Vereador Raimundo Montenegro
Senador Argemiro de Figueiredo	Praça Clementino Procópio	Nº 55/1964	Vereador João Nogueira de Arruda
Governador Dr. Pedro Moreno Gondim	Praça Clementino Procópio	Nº 59/1964	Vereador Pedro Cordeiro de Sá
Vereador Everaldo da Costa Agra	Praça São José	Nº 189/1967	Vereador Pedro Cordeiro de Sá
	Abrigo da Rua Campos Sales	Nº 107/1990	Vereador Maciel Vitorino Batista
Prefeito Severino Bezerra Cabral	Teatro municipal	Nº 58/1970	Vereador Manoel Paz de Lima
Prefeito Elpídio de Almeida	Instituto de saúde Elpídio de Almeida – ISEA	Nº 23/1971	Interventor Federal Luiz Mota Filho
João Rique Ferreira	Praça João Rique	Nº 67/1971	Vereador Manoel Joaquim Barbosa
Cristino Pimentel	Praça Cristino Pimentel	Nº 06/1972	Vereador Hermes Ferreira Ramos
Senador Francisco de Assis chateaubriand Bandeira de Melo	Parque Evaldo Cruz	Nº 73/1973	Interventor Federal Evaldo Cavalcanti Cruz
João de Souza Vasconcelos	Praça João Vasconcelos	Nº 25/1975	Vereador Lindaci Medeiros
Dr. Severino Cruz	**	Nº 41/1975	Vereador Rafael Manoel dos Santos
Manoel Paulino de Moraes	Praça da Estação Velha	Nº 49/1976	Vereador Helio Cavalcanti Albuquerque
Dr. Raíff Ramalho	Estádio O Amigão	Nº 55/1976	Vereador Rildo Fernandes
Isaias de Souza do Ó	Praça Juvino de Souza do Ó	Nº 75/1979	Vereador José Luiz Júnior
Vereador Pedro Sabino de farias	Praça Vereador Pedro Sabino	Nº 73/1984	Vereador Lindaci de Medeiros Napoles
Governador Dr. Ernani Sátyro	Proximidades do Estádio O Amigão	Nº 81/1988	Vereador Álvaro Gaudêncio Neto
Deputado Raimundo Asfora	Calçada da Cardoso Vieira	Nº 81/1989	Vereador José Luiz Junior
Todos os Ex-Prefeitos Campinenses	Praça dos Ex-Prefeitos campinenses	Nº 212/1989	Vereador Alberto Jorge Agra
Prefeito Vergniaud Wanderley	Parque Vergniaud Wanderley	Nº 109/2003	Vereador Antônio Hamilton e Antonio Pereira
João Pessoa	Praça Coronel Antônio Pessoa	*	*
Vereador Gumercindo Dunda	Praça Gumercindo Dunda	***	***
Juscelino Kubitschek	Praça da Bandeira	***	***

Legenda:

*Não há Projetos de Leis arquivados de anos anteriores a 1948

**Não há designação do lugar do monumento, como também o monumento não se encontra em nenhum logradouro da cidade.

***O busto ou estatua foi encontrada em espaço livre público da cidade, mas não se encontrou o referido Projeto de Lei.





O Quadro 1 também denuncia uma apropriação simbólica do espaço público mediante a monumentalização de sujeitos, ou seja, a prática de instituir a narrativa de uma memória que converge para determinados grupos, famílias, suas alianças e disputas. Essa é uma grande marca da lógica política local. O que ficou evidente foi o fato de que todos os homenageados são homens, ex-políticos, empresários e latifundiários, supostos detentores da vocação política.

Além de surpreender pela quantidade de monumentos, o Quadro 1 também é rico em mostrar Projetos que citam esculturas que não se encontram mais em seus locais designados. Apenas 12 (doze) das 27 (vinte e sete) estátuas e bustos citados puderem ser registrados em fotografias, pois ainda se encontram em espaços públicos. Isso quer dizer que existem 14 (quatorze) monumentos sumidos, o que contabiliza mais da metade do total.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa não foi simplesmente mapear o patrimônio histórico-político para fazer dele memorável, mas para (des)construí-lo, para pôr em dúvida a monumentalização e exaltação de sujeitos nos espaços de memória pública. Assim, é possível desmistificar a invenção da vocação política, desmascarar as faces heroicas em bronze que habitam praças e parques da cidade e, como desdobramento, sugerir o desenvolvimento de uma proposta de educação patrimonial problematizadora. Como resultado, a pesquisa revelou a existência de uma política de monumentalização que se apropria simbolicamente do espaço público e prioriza uma memória familiar, elitista e masculina em detrimento de uma memória coletiva.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história. São Paulo. Intermeios, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia de letras, 2002.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 6.ed. Campinas: editora unicamp, 2012.

LOPES, Jorge. O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas. Recife: editora universitária da UFPE, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, V. 5, n. 10, p. 200-212, out. 1992.

